

JULHO - DEZEMBRO 1996



Roteiros

26. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



ADORAÇÃO DOS REIS MAGOS — Retábulo de S. Bento
(Pintura portuguesa do Séc. XVI)

D. JOÃO DE CASTRO, 13.º GOVERNADOR DA ÍNDIA

Completaram-se este ano os 450 anos da nomeação de D. João de Castro para Governador da Índia. O Instituto Militar dos Pupilos do Exército, que tem como Patrono D. João de Castro, celebrou no dia 4 de Junho essa data com um Programa Cultural de boa qualidade, incluindo uma exposição sobre D. João de Castro e após o jantar um variado Sarau Cultural.

Pedimos licença de transcrever alguns textos relativos à vida de D. João de Castro e à Capela onde descansam os restos mortais.

- 1.º Biografia de D. João de Castro, 13.º Governador da Índia.
- 2.º A Capela mortuária, o altar e o sepulcro.
- 3.º O estilo da Capela.
- 4.º O Claustro.

A Direcção do Instituto fez-se representar pelo Presidente da Direcção.

D. JOÃO DE CASTRO, 13.º GOVERNADOR DA ÍNDIA

D. João de Castro nasceu a 27 de Fevereiro de 1500, na cidade de Lisboa. Fidalgo de linhagem, entronca a sua ascendência mais longínqua, na Casa Real de Navarra.

Foi educado na Corte, onde respirava o ambiente das conquistas e das descobertas, na África, no Oriente e no Brasil.

Sendo filho segundo e não podendo, por isso, herdar o património paterno, encontrou nas letras e nas ciências a preparação, para os cargos que a sua fidalguia certamente levaria a desempenhar.

Foi nesta altura que pôde aproveitar dos conhecimentos científicos adquiridos junto de Pedro Nunes.

Desde cedo participou em batalhas, sendo a sua primeira aos 18 anos, no Norte de África. Voltou ao Reino, onde foi compensado por D. João III, com uma comenda de pequeno rendimento.

Mais tarde é enviado de novo numa armada, que iria auxiliar o cunhado do Rei, D. Carlos V de Espanha. Finda esta missão, retira-se para a sua quinta da Penha Verde, prosseguindo os seus estudos.

Em 1538 acompanha o cunhado, recentemente nomeado Vice-Rei da Índia, comandando a nau «Grifo».

Depois desta empresa, jamais desligará o seu nome do Oriente.

Durante a viagem elabora o seu primeiro *Roteiro de Lisboa a Goa*.

A sua acção militar é intensa, à qual se associa um trabalho de observação científica de inegável valor. O exemplo desse facto é o *Roteiro da Viagem que Fizeram os Portugueses ao Mar Roxo*.

Regressa a Portugal, em 1543, retirando-se para longe do ambiente cortesão, o que lhe grangeia o epíteto de «Alívio».

Findo o governo de Martim Afonso, D. João III nomeia-o, em 1545, Governador da Índia, com 45 anos.

Todo o seu governo se pode caracterizar por uma grande prudência, sentido de justiça e alheamento de intrigas.

A sua política é alicerçada em dois pilares: domínio dos mares e manutenção de pontos estratégicos em terra.

Defende brilhantemente Diu de vários ataques, passando o seu Vice-reinado em constantes operações bélicas, para defesa da hegemonia política e militar portuguesa, no Oriente, sendo celebrado nos *Lustadas*, como o «Castro Forte» e gloriado por inúmeros autores.

É nomeado Vice-Rei, em 1548, cargo dos mais importantes do Reino, sendo o 4.º, existente na História Portuguesa.

Morreu pouco tempo depois da sua recondução no cargo, por mais três anos, tendo afirmado segundo alguns cronistas: «...vim para servir e não para comerciar com o Oriente...». É célebre o penhor das suas barbas, para a reconstrução de Diu.

É sepultado na Igreja de São Francisco, de onde é solenemente trasladado em 1576, pela Coroa, em virtude da sua pobreza, para a Capela dos Castros, no antigo Convento de S. Domingos de Benfica, mandada edificar por D. Francisco de Castro, Bispo da Guarda, seu neto e Inquisidor-Mor do Reino.

É este brilhante homem de ciência, militar e político, cujas qualidades pessoais o afirmam como um padrão a seguir.

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral

N.º de Registo 112 874

Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. D. Francisco de Almeida, 49 – (Restelo)
1400 LISBOA
Telef. 302 17 28

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica – Coop. de Artes Gráficas, CRI.
Rua da Alegria, 30 – Tel. e fax 346 47 20 – 1250 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87



Capela dos Castros

A CAPELA

Mandada construir por D. Francisco de Castro, (1574-1653), filho de D. Álvaro de Castro e neto de D. João de Castro, Reitor da Universidade de Coimbra, Bispo da Guarda e Inquisidor Geral do Reino, foi integrada no antigo Convento de S. Domingos, sendo consagrada em 1648 sob a invocação de «Corpus Christi».

A Capela ficou todavia mais conhecida pelo nome da família Castro, para a qual constitui mausoléu familiar.

Nesta Capela encontram-se os túmulos de D. João de Castro e sua esposa D. Leonor Coutinho, seu filho primogénito D. Álvaro de Castro e sua esposa D. Ana de Ataíde e os filhos destes últimos: D. Francisco de Castro, sua irmã D. Violante de Castro (Condessa de Odemira) e D. Fernando de Castro.

Sob esta Capela existe uma cripta de planta quadrada onde estão sepultados descendentes da família Castro.

Em 1834, a extinção das ordens religiosas terá contribuído para votar não só a Capela, como o Convento de S. Domingos, às ruínas e à solidão.

Em 1910 é classificada como monumento nacional.

Em 1911 instala-se neste Convento o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, predecessor do actual Instituto Militar dos Pupilos do Exército melhorando, ao longo do tempo, o seu estado de conservação e salvaguardando este precioso complexo arquitectónico.

A Capela apresenta um espaço amplo projectado em altura, como uma só nave, toda em pedra de lioz, coberta por uma abóbada de berço, ritmada por caixotões.

Nas paredes laterais abrem-se 6 arcos de volta inteira, assentes em pilastras dóricas e encimados por janelas sensivelmente quadradas.

Em quatro dos arcos abrigam-se sepulturas monumentais, assentes em elefantes de mármore.

O altar é de mármore, afastado do retábulo de estilo maneirista, que é atribuído ao entalhador Jerónimo Correia.

Este retábulo é a única marca evidente do decorativismo que se pode encontrar no interior da Capela.

Na edícula que remata o retábulo, encontra-se uma tela com a Ceia do Senhor.

ALTAR MOR

Sobre a porta principal da Capela que abre para o Claustro podemos ver um frontão curvo sobre o qual se encontra o brasão de armas do fundador.

A Capela e a Cripta apresentam traços de arquitectura maneirista, cujas linhas sóbrias e um pouco austeras nos impõem a vivência própria de um espaço eminentemente funerário.

O CLAUSTRO

O Claustro, para o qual a Capela de *Corpus Christi* vira o seu alçado principal, apresenta-se perfeitamente coerente com o monumental mausoléu dos Castros, do ponto de vista da linguagem arquitectónica maneirista veiculada.

Normalmente designado, como claustro do noviciado — pois servia a antiga casa dos noviços, à qual se accedia através do retro-coro da capela ou do compartimento situado no ângulo formado pelas alas Norte e Leste —, trata-se de um claustro desenvolvido em galerias, constituídas por módulos palladianos, organizadas em torno de uma quadra central, animada por um pequeno tanque. As galerias, cobertas por abóbadas de aresta, apresentam, ao longo da parte inferior dos muros, um lambril de azulejos monocromos de figura avulsa.



POESIA OITOCENTISTA PORTUGUESA NA OBRA DOS PESQUISADORES RUSSOS

PROF. DR. ANDRÉ RODOSKI
(Universidade Estatal de S. Petersburgo)



Prof. Dr. André Rodoski

Fora do mundo português as obras críticas e científicas dedicadas à poesia oitocentista portuguesa não são numerosas. Tanto mais interessante foi para mim procurar artigos dos autores russos sobre este tema.

Começemos o nosso pequeno panorama com um artigo anónimo intitulado «Literatura portuguesa e os seus representantes actuais» publicado numa revista de S. Petersburgo em 1866.

O autor anónimo presta essencial atenção à tríade dos introdutores do Romantismo em Portugal — Garrett, Herculano e Castilho. Segundo ele, Garrett foi o maior poeta oitocentista português (em 1866 tal apreciação foi justa). Quanto a Castilho, o autor exagerou o seu dote poético. Castilho, julgava ele, possuía um conhecimento extremamente profundo da língua portuguesa, a perfeição extraordinária dos seus versos, a eufonia e a composição admirável das palavras e das frases. Ele estudou todos os mistérios, todos os arcaísmos da língua de Camões, e nisto em Portugal ninguém se pode comparar com ele. Comparando a poesia de Castilho com a de Garrett, o autor, aliás, concede a palma da vitória a Garrett, julgando-o «fundador da escola literária». Castilho, segundo ele, «nunca terá discípulos e para sempre permanecerá um génio solitário».

Um artigo muito interessante sob o título «Portugal e sua literatura» foi publicado em 1890 na revista moscovita «Russkain Mysl» («Pensamento Russo»). A sua autora foi Maria Watson, poetisa e tradutora russa de pai espanhol, cujo nome de solteira era De Roberti de Castro de la Cerda. Dominava bem inglês, alemão, francês, italiano, espanhol e português.

Procurando explicar a especificidade da literatura portuguesa, a autora esforçou-se para compreender as peculiaridades da mentalidade portuguesa. Portugal é um país fundamentalmente agrícola, como a Rússia do século XIX. Portanto, a psicologia camponesa define consideravelmente o carácter nacional português, assim como o russo, e, por conseguinte, reflecte-se na literatura de ambos os povos, julga Maria Watson.

Analisando a poesia de Garrett, a pesquisadora nem sempre é justa. Por exemplo, a propósito de «Folhas Caídas» ela faz o seguinte comentário: «Folhas Caídas» é uma história triste duma paixão tardia do poeta envelhecido. Ele próprio considerava «Folhas Caídas» o melhor e o mais valioso dos seus livros de poemas, mas, na realidade, seria preferível para a sua glória poética e, em qualquer caso, para a sua caracte-

rística pessoal se ele queimasse estes últimos frutos da sua musa, como queimara em Coimbra seus primeiros dramas».

Segundo Watson, os poemas de Herculano são muito melhores que os de Garrett. No entanto, a autora exagera o talento poético de Herculano. Conforme a opinião dela, «entre os inúmeros poetas portugueses que inundaram com as suas obras o mercado literário, Herculano é destacado pela força e energia do verso e pela profundidade do pensamento». A poesia rigorosa e séria de Herculano é tão excepcional que não pode ser confundida com a de nenhum outro poeta. Deixada a poesia amorosa, idílica etc. que é bastante banal, Herculano



HOTEL ROMA

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 18586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279

eleva-se ao domínio do pensamento sublime e, embora fosse a sua poesia pouco lírica, em compensação é rica de conteúdo.

Analisando a obra de Castilho, a pesquisadora sublinha tanto os pontos fracos como os méritos da sua poesia: «Este eclético na literatura, dramaturgo inexperiente, conhecedor excelente da língua, poeta sentimental, verzejador suave, harmonioso e fino, tradutor inimitável de Ovídio e Virgílio, propagandista infatigável da instrução primária é a glória das letras portuguesas contemporâneas».

Pouco tempo depois da queda da monarquia portuguesa um historiador russo, de nome Evgueni Adamov, visitou Portugal. Em 1911 ele publicou o artigo «Vida e literatura portuguesa» na revista «Sovremenny Mir» («Mundo Contemporâneo») editada em S. Petersburgo. Tal como testemunha o artigo, Adamov era um grande admirador da poesia de Antero e de Guerra Junqueiro, identificando este último com Victor Hugo. Quanto a Antero, Adamov caracteriza-o com as seguintes palavras: «Antero de Quental canta hinos à razão e à libertação do homem, glorifica a ciência e a crítica e encara sem medo a própria morte, mas simultaneamente as dúvidas juvenis e o pessimismo crescem-lhe na alma e passam a ser cepticismo, desilusão e desespero. E esta queda duma alma que tomara um alto voo é bem característica para a psicologia decadentista da sociedade portuguesa». (Claro está que se

trata da sociedade portuguesa dos inícios do século XX, quando Portugal se encontrava numa profunda crise.)

Em Lisboa Adamov tornou-se amigo do filho de João de Deus. Este poeta foi caracterizado por Adamov do seguinte modo: «João de Deus, o maior poeta erótico em Portugal, combinava de modo paradoxal a sensualidade com a castidade, a veemência com a pureza moral, a adoração da mulher com a adoração panteísta da natureza».

Como se sabe, 7 anos após a queda da monarquia em Portugal teve lugar a revolução na Rússia, que pôs no poder o partido bolchevique ou comunista. Porém, houve ainda um outro partido político que tomou parte activa na revolução russa, após a qual foi perseguida: o partido socialista revolucionário. A este partido pertencia Alexandre Derental que, por acaso, era escritor e historiador da literatura. Escreveu alguns artigos sobre a literatura portuguesa. Segundo ele, o «leitmotiv» essencial de todas as letras portuguesas, desde D. Dinis até os autores do século XX, é a «saudade» que é uma palavra difícil de ser traduzida. A noção abstrata da saudade, julga Derental, concretiza-se na obra poética de Antero e de Guerra Junqueiro, tornando-se «dor cívica».

Após a revolução de 1917 as ciências sociais e humanitárias na Rússia foram submetidas aos dogmas do marxismo-leninismo. Exemplifiquemos isto com o seguinte facto. Máximo Gorki, o chamado «grande escritor proletário», afirmava que em todas as literaturas o Romantismo se divide em «revolucionário» e «reaccionário», «progressista» e «conservador», ou, por outras palavras, existe um «bom» e um «mau» Romantismo. Certos historiadores de literatura soviéticos, baseando-se nesta falsa teoria, supunham que Garrett e Herculano pertenciam ao Romantismo progressista, enquanto o Pe. J. A. Macedo, não tendo na realidade nada a ver com o Romantismo, era um representante do Romantismo reaccionário.

Na década dos 70 o «pressing» ideológico na Rússia começou a atenuar-se. Graças a isto, melhorou a situação nas letras e na história de literatura. No artigo «Romantismo como Fenómeno Integral» de Inna Terterian há muitas páginas dedicadas aos fundadores do Romantismo português. Considerando um problema tão complicado como a tipologia do Romantismo, a autora diz: «Os românticos portugueses Herculano e Almeida Garrett definiram mais de uma vez a tarefa principal do Romantismo português como análise do carácter nacional no seu desenvolvimento histórico. A tarefa da reconstrução da história nacional, da procura e da consolidação do carácter nacional é inerente a todas as variantes nacionais do Romantismo. Todavia, nos países de capitalismo mais desenvolvido esta tarefa, em regra, é resolvida paralelamente com o conhecimento do homem moderno, dos seus problemas, paixões e derrotas. O carácter da sociedade que se formava em Portugal não estava bem claro para os escritores, e é por isso que para eles era mais relevante o destino comum, nacional que o individual». Julgo que ninguém antes de Inna Terterian fez conclusões tão originais e justas a propósito do Romantismo português.

Tais são as ideias dos pesquisadores russos sobre a poesia oitocentista portuguesa. Estas ideias apresentam interesse não só do ponto de vista histórico. Poderão servir de base às futuras pesquisas da poesia oitocentista portuguesa na Rússia.

196244 R. Tipanova 29 apto. 661
S. Petersburgo
Rússia

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma seleção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em numerosas instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma seleção elaborada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

1980A - Av. Brasília Santa, 23-127 - Fax - 3661 - 51 67 24 - Telex 12131 Gertal P Lisboa - 1300 Lisboa
PORTO - Rua Gonçalves Sampaio, 395 - Telex - 69 09 09 - Telex 21426 Gertal P Porto - 4100 Porto

A VIOLÊNCIA NO MUNDO

1. O fim da guerra de 1939-1945, e a tentativa de reorganizar a ordem mundial a partir da Carta das Nações Unidas, tornaram evidentes e irrecusáveis dois legados, de coexistência difícil, que são o legado maquiavélico e o legado humanista.

O primeiro, recebe a sua identificação de Maquiavél, mas não apenas o autor de *O Príncipe*, também o autor da *Arte da Guerra*, que atende ao facto da hierarquia do poder, e à regra amoral de que — quem tem força, joga-a para submeter o adversário. O principal agente desta vertente é o Estado, uma organização cujas fronteiras territoriais, com raras excepções, se alguma, foram sempre estabelecidas pela guerra. Nunca foi lisonjeiro o conceito ético sobre o maquiavelismo, mas nunca diminuiu a necessidade de o manter na primeira linha das nossas preocupações.

O segundo legado, que congrega contribuições religiosas e laicas, que deve tanto aos teólogos-juristas como aos internacionalistas, e que anda a enriquecer-se com o encontro de todas as áreas culturais que este século tornou possível, substituiu o objectivo da submissão forçada à vontade alheia pelo do consentimento, à luz de uma escala de valores que se organiza ao redor da convicção de que cada homem é um fenómeno que não se repete na história da humanidade. Daqui deriva o seu valor único, e a regra de que a injustiça feita a um homem, é uma injustiça feita a todos os homens.

A vigência continuada e paralela de ambos os legados, implica que se encontrem numa área de disputa na qual se procura decidir por um lado quando é que a guerra é justa, se alguma vez o for quanto às causas, e, em qualquer caso, quais os limites valorativos desse exercício da força, designadamente a barreira dos crimes contra a humanidade.

Neste último caso, a experiência de Nuremberg mostrou a debilidade com que estamos ainda condenados a lidar com a questão. A enormidade dos factos incriminados justificava a proclamação feita por Roosevelt e Churchill em Outubro de 1941, no sentido de que «a justa punição dos criminosos de guerra era um dos mais importantes objectivos do conflito», e assim instituíram o tribunal que iniciou a sua função em 20 de Novembro de 1945. Os internacionalistas ortodoxos, todavia, não puderam omitir reservas derivadas da evidência de que os vencedores é que organizavam o julgamento dos vencidos, e escolhiam os arguidos, violando esta regra venerável — *nemo iudex in re sua*. O avanço de séculos na percepção dos valores da justiça, e do exercício do poder ao serviço de tais valores, era posto entre parênteses, porque a barbaridade da agressão fazia esquecer o princípio da não retroactividade das leis, e remetia para uma incómoda penumbra a exigência da imparcialidade.

Todavia, o facto mais evidente era o da nossa incapacidade, que se mantém, de impedir que os dois legados entrem em conflito, e que, nesse caso, o legado maquiavélico assumia frequentemente a direcção do pro-

cesso, lembrando mais uma vez o juízo romano sobre o destino dos vencidos.

Mas a relação desigual entre os dois legados encontrou soluções mais geradoras de consequências mundiais, no próprio texto da Carta da ONU, o último texto feito por ocidentais para governar o mundo.

Caberia ao Presidente Roosevelt, em nome do país que nessa data já adquirira a majestade de superpotência pelo facto de ter domesticado e usado a energia nuclear para fins bélicos, reafirmar que um grande país, em questões do seu interesse vital, nunca se submeteria ao voto dos pequenos países.

Daqui derivou o acolhimento do legado maquiavélico e do legado humanista na própria Carta, dando assento ao primeiro no Conselho de Segurança, e estabelecendo a sede do segundo na Assembleia Geral, uma tentativa histórica de conciliar os contrários.

O direito de veto atribuído às cinco potências com lugar permanente no Conselho de Segurança, que assim perderia rapidamente a iniciativa, sublinhou as crises de meio século de guerra fria, e se o recurso ao conflito armado para resolver as diferenças nunca foi assumido por qualquer dos blocos em que essas potências se dividiam, é indiscutível que as guerras chamadas marginais derivaram dessa impossibilidade de chegar a uma solução pelo consentimento. Deste modo, é que a Coreia, o Vietname, o Yemen, Angola, são casos em que o sangue dos nativos pagou grande parte do preço da disputa. Guerras por procuração, guerras alienantes, guerras que transformam os povos em instrumentos de interesses alheios.

A Assembleia Geral da ONU, essa foi organizada de acordo com a regra geral de que cada Estado tem um voto igual, mas também, por isso, as suas resoluções não têm carácter obrigatório, são apenas *guiding principles* para as soberanias, ao contrário do carácter imperativo das decisões do Conselho de Segurança. O poder do número haveria de se mostrar mobilizador da opinião pública mundial, mas então também não foi sempre o legado humanista que orientou a questão.

O desespero de conseguir pôr de acordo, na área da confluência de interesses soberanos, os dois legados, teve expressão na famosa Resolução *Uniting for Peace*, adoptada pela Assembleia Geral em 3 de Novembro de 1950. Tratava-se de estabelecer que, no caso de falta de unanimidade dos grandes no Conselho de Segurança, a Assembleia Geral deveria assumir imediatamente a avaliação do problema, e fazer as recomendações necessárias no sentido de serem tomadas as medidas colectivas apropriadas para resolver pacificamente o conflito. A Assembleia Geral era promovida a filósofo que fala ao ouvido do Príncipe, na tradição platónica, mas não houve exemplo de o Príncipe reconsiderar. Ao contrário, uma frente de protesto foi transbordando para a vida internacional, e os povos de geografia da fome, do sul pobre, dos colonizados, da geração de Bandung, foram repetidamente agentes que resolveram escolher a força das armas por não confiarem na força do verbo.

O resultado foi que, muitas vezes invocando em vão o nome da Carta, o mundo ficou progressivamente submetido a um sistema bipolar, o qual, pela primeira vez na história, fez assentar a paz geral na variável do medo, contendo o sul que procurava transformar o neutralismo em ameaça.

Depois de Hiroshima e Nagasaki, a literatura destinada a definir uma percepção da conjuntura, a identificar os agentes da variável balança de poderes, a analisar os componentes objectivos e subjectivos do poder das soberanias em mudança, teve sempre, como referência nuclear, esse humilhante tema do terror, chamado dissuasão por compreensível pudor.

A distância entre os princípios e os factos é muitas vezes preenchida pela discussão, mais semântica do que metodológica, sobre o alcance dos conceitos: a distinção entre força, violência, coacção, envolvem referências a nomes inspiradores como o eterno Kant, estimulantes como Sorel, inquietantes como alguns da chamada *New Left*, designadamente Raymond Williams, Perry Anderson e E. P. Thompson.

No entretanto, o sistema bipolar que se estabeleceu, e para além do preço das guerras marginais que ficaram referidas, viu desenvolver uma longa teoria de violência que visou derrubar outras violências estruturais, tão alienantes como a estratégica, à margem das possibilidades e conceitos dos blocos militares. Talvez o cura Meslier, que morreu pela greve da fome em 1730, tenha ganho direito ao lugar de precursor quando, no seu testamento, e dirigindo-se aos povos pobres e humilhados, escreveu: «a vossa salvação está nas vossas mãos, a vossa libertação não dependerá senão de vós, no caso de serdes capazes de vos pôr de acordo».

Durante a vigência do sistema bipolar, homens como Mao e Giap foram os principais teóricos da guerra das massas populares, clamando contra a alienação do Sul pobre no Norte industrializado, afluente e consumista, e aderindo ao conceito de que «o poder está na ponta da espingarda». Por outro lado, Giap doutrinou que a *frente nacional* deve «dirigir o ariete da luta contra o principal inimigo da revolução, o imperialismo invasor». Noutras luitudes mais amenas, como a América Latina, Che Guevara recebeu o título póstumo de «um artista da guerra e da guerrilha». Para não alongar a alarmante enumeração, repito, usando síntese anterior, aquilo que me parece o núcleo duro da atitude: à violência estrutural da sociedade construída pelo Ocidente, é condenada, tem de responder-se com toda e qualquer forma de violência física que a destrua. O preço tem sido sem medida, e sobretudo sem relação com os resultados, como visivelmente se demonstra com a situação geral da África, o continente mais ajudado e mais perdido do mundo. De S. Paulo à Carta Constitutiva da UNESCO, o verbo continuou a clamar num deserto de boas vontades, uma floresta de agressões. Permaneceu a actualidade de Lock quando viu a comunidade internacional caracterizada pelos príncipes de armas empunhadas, olhando-se nos olhos, e prontos a atacar.

2. Os crimes contra a humanidade pareceram em todo o caso ficar registados na memória dos povos, e na

tradição conceptual anglo-saxónica, como paradigmáticos do limite à acção do legado maquiavélico, contido este por uma decisão de autolimitação. O caso de Auschwitz, que ganhou um significado superior aos outros muitos campos de concentração na memória colectiva, pareceu capaz de tornar efectivo para sempre o repúdio, por todos os povos e culturas, de tal monstruosidade. Mas exige meditação o facto de ser posta em causa, neste ano da celebração do cinquentenário da ONU, a rectidão da conduta dos aliados. No seu livro — *The World must know — The history of holocaust as told in the United States Holocaust Memorial Museum* — Michael Berenbaum afirma que os aliados, desde Junho de 1944, tinham meios de bombardear o campo «à sua vontade», e Elie Wiesel sustenta que, simplesmente, «salvar os judeus não era uma prioridade», nem para os ocidentais, nem para os soviéticos, nisto acompanhado por David Weyman, consagrado autor do livro *The abandonment of Jews*.

Uma querela que não remedeia o passado, mas que pode ligar-se com o facto de que o sistema bipolar, e a Carta da ONU, não impediram que continuem a existir povos tratados como *mudos ou dispensáveis*. Dos primeiros, os curdos aparecem como um exemplo gritante, trazido ao debate mundial quando, em 13 de Janeiro passado, o escritor Yachar Kemal, por ter publicado no *Der Spiegel* um artigo contra a repressão dessa minoria, foi enviado aos tribunais pelo governo da Turquia, e acusado do crime de propaganda separatista. A literatura internacional, por seu lado, adjectiva os curdos pelo nome do Estado soberano em que se encontram, e nunca pura e simplesmente os substantiva. Esta semântica exigiria dar-lhes voz própria contra o interesse dominante das potências. Mudos, é o estatuto que lhes reservamos.

Entre os tratados como povos dispensáveis avultam os timorenses, vítimas de dois genocídios na mesma geração, e sempre pelo interesse de potências estranhas: durante a guerra, pelo interesse que os aliados, especialmente a Austrália, tinham em manter o controlo do território, que por isso invadiram, dando causa à ofen-

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

de Adriano Moreira

Adquira e leia o 1.º livro escrito em Portugal
sobre Ciência Política

Peça o seu exemplar ao
Instituto D. João de Castro

Rua D. Francisco de Almeida, 49 — 1400 LISBOA
Telef.: 302 17 28

siva dos japoneses que os desalojaram e ali ficaram três anos num exercício selvagem de destruição de pessoas e bens; depois de 1974, pelo interesse da Austrália em ter relações amigáveis com o seu mais forte vizinho, pelo interesse dos EUA em não perturbar o seu principal aliado na área, e pela infelicidade que é para os pobres terem petróleo. Em qualquer dos casos, a alienação nos sistemas em que se organizaram em função de interesses que também agora não consideram essas intervenções como prioritárias. Povos dispensáveis, como foram os índios da América, os aborígenes do sul do mesmo continente e da Austrália, e os povos vítimas do sovietismo, a que o Relatório de Krutshév ao XX Congresso do P. C. Soviético serviu de epitáfio.

A queda do Muro em 1989, se colocou um não previsto ponto final na guerra fria, que Raymond Aron definiu como de paz impossível e guerra improvável, mudou a natureza das ameaças, mas não diminuiu os conflitos. Na Bosnia-Herzégovina, o cerco de Sarajevo dura há mil dias, e ameaça ser um novo drama bíblico de Massada, perante a impotência interna e externa de debelar o conflito; a Chechénia põe em causa o sentido da autodeterminação; Cachemira acabou por ser esquecida depois de dezenas de anos de violência indiana; na África são as sequelas da descolonização; o Haiti serve de pequeno exemplo do que se entende por hegemonia continental; e a Europa, que é certamente uma sede privilegiada de defesa de direitos dos homens e dos povos, não conseguiu debelar a questão da Irlanda do Norte que dura há vinte e cinco anos, nem a acção militar da ETA que pretende criar um País Basco, nem eliminar a violência da FNLC na Córsega. E também é hoje já evidente que o separatismo não será necessariamente um facto exclusivo da área do antigo império soviético.

3. A Carta da ONU, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, e a série de textos complementares, funcionaram durante este meio século como uma referência de todos os movimentos que procuram intervir directamente na correcção do sistema, ou falar ao ouvido do Príncipe. Talvez em primeiro lugar seja de mencionar o facto de que a consciência da unidade do mundo, que tanto deve à doutrinação de Teilhard de Chardin, foi em grande parte resultado das revoluções da ciência e da técnica, dos teatros estratégicos, dos mercados e das comunicações.

O conceito de aldeia global, que se tornou pacífico, deu expressão a uma dinâmica que tende para colocar as culturas no primeiro plano que antes parecia abusivamente ocupado pelas ideologias. Falou-se apressadamente na morte destas ideologias, à sombra de um conflito

bipolar eminentemente ideológico, mas a batalha pela proeminência da cultura foi indiscutivelmente averbando resultados positivos. Ao menos tornou-se hegemónico entender que não são as raças, são as culturas que têm a vocação da eternidade.

Um facto decorrente daquele acontecimento matricial é a crescente presença de uma sociedade civil mundializada que, cortando horizontalmente as fronteiras e as antigas soberanias, dirige exigências comuns a todos os poderes políticos. De algum modo, é a reacção



A Direcção do Instituto D. João de Castro une a Sua Voz à dos Coros Celestes Cantando — Gloria a Deus no mais alto do Céus e paz a todos os homens de Boa vontade

contra as dependências sistémicas, é a recusa da alienação em variáveis que escapam ao controlo dos destinatários dos efeitos. Insisto neste facto novo, que é o aparecimento de uma sociedade civil mundial, ligada por mecanismos contratuais, toda ela desafiante de um sistema alienante que funciona como um poder. Um poder sem rosto, mais despótico do que o personalizado, menos vulnerável à crítica, mas disfuncionável pela desobediência e pela revolta.

Quando se fala de uma Nova Ordem, depois da queda do Muro em 1989, e desta sabemos apenas com segurança que acabou a antiga, tem por isso de aceitar-se a necessidade de teorizar os problemas da sociedade civil global, e a sua participação na gestão dessa globalidade com custos menores dos que os da ordem antiga.

Das organizações internacionais, a UNESCO está certamente entre as que mais cedo assumiram tal percepção, e fizeram propostas, a começar pelo diagnóstico dos mitos raciais e combate às suas causas e efeitos. A análise magistral dos mitos do ariano, do negro, do mestiço, do judeu, que ameaçam reanimar-se neste fim de século, tornou visíveis obstáculos essenciais à consolidação dessa sociedade civil mundial a que chegamos, e que vai exigindo algum mas diferente governo da globalidade, que definitivamente afaste a alienação nos sistemas. Neste debate a UNESCO aponta a explosão demográfica, a pobreza, o ambiente, e sempre a violência, como as áreas prioritárias de uma *Educação para o Século XXI*. Uma expressão que vai perdendo o valor mítico, porque se trata já de uma ambição a curto prazo.

Esta mudança estrutural da sociedade civil, que exige a solidariedade norte-sul, que força à revisão dos conceitos de jurisdição interna e de intervenção humanitária, que empurra os Estados para os grandes espaços consentidos, e que faz implodir os grandes espaços imperiais, tem acolhimento no pensamento reformador que vai tomando posse da ONU, ela própria a debater-se com uma conjuntura da contingência em que da Nova Ordem apenas se sabe que acabou a antiga, e por isso se multiplicam os planos de contingência sem lógica de referência.

Em Junho de 1992, e em vistas da situação, o Secretário-Geral apresentou, como lhe fora solicitado, um Relatório intitulado *Uma Agenda para a Paz*, que foi analisado e celebrado em todo o mundo, propondo acções racionais de prevenção dos conflitos, resolução dos conflitos, manutenção da paz, e reconstrução das condições de manutenção da paz. A tarefa revelou-se imensa, com as dificuldades organizacionais que se traduzem, por exemplo, em encontrar pessoal adestrado, exigências de financiamento das missões de diplomacia preventiva e estabelecimento da paz em conflitos internacionais e internos, obtenção do consentimento dos interessados, protecção de populações civis, evitar o recurso à força, e assim por diante. Por isso, em 5 de Janeiro de 1995, Boutros-Ghali apresentou um *Suplemento a Uma Agenda para a Paz*, tão veloz é a mudança dos factos e tão instantes as necessidades dos povos alienados na violência.

O Conselho de Segurança, na 3492 reunião de 18 de Janeiro, ao considerar o novo documento, começou por declarar que a primeira missão das Nações Unidas no futuro deve ser de desenvolvimento dos melhores meios de eliminar as causas fundamentais dos conflitos. Uma polemologia ética parece agora ser reclamada, e aqui as universidades são chamadas a intervir.

A ONU não pode mais ignorar que, com o fim da guerra fria, e em vez dos esperados dividendos para a paz, aparecem em vários pontos do mundo conflitos étnicos, desintegram-se Estados, cresce a intolerância fundamentalista de vários sinais, alarga-se a geografia da fome e das disparidades económicas e sociais, e tudo

afecta a paz necessária ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo que a revolução da informação pela imagem parece muitas vezes fazer uma festa da violência e das suas causas, a ONU sentiu-se compelida a proclamar 1995 como o Ano da Tolerância, pediu à UNESCO que preparasse uma declaração de tolerância e espera mobilizar a sociedade civil mundial nesse sentido.

É importante salientar que o sentimento generalizado de alienação dessa sociedade civil mundial e de nova criação, onde todas as áreas culturais se encontram, também propiciou um regresso do divino à vida internacional, no sentido de que as Igrejas se procuram e reencontram no propósito de ajudar no estabelecimento da paz pública e privada, procurando superar as actuações fundamentalistas que também existem nesse foro. Por um lado, o Concílio Vaticano II modificou a teologia da guerra justa, deixando apenas justificada, com alguma relutância, a legítima defesa, porque os factos não permitem ignorar a frequência com que os homens e os povos são compelidos à opção enunciada por Santo Agostinho: antes que mortos na alma, o uso da força. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, proclamada por Paulo VI em 8 de Dezembro de 1966, desenvolveu a solene advertência que fez na ONU em 4 de Outubro de 1965, lembrando a responsabilidade que resulta de todos. Saberem que a paz é possível. Mas para a nova conjuntura desafiante que se perfilou depois do fim da guerra fria, o grande acontecimento é a *Mensagem de Assis de João Paulo II*. Foi em Outubro de 1986 que realizou na cidade franciscana o primeiro encontro destinado a conseguir um consenso mundial das religiões a favor da paz, propondo um acesso mundial ao transcendente. Multiplicando os efeitos da iniciativa, preparou a segunda reunião que se verificou em 9 e 10 de Janeiro de 1993. Os líderes espirituais das grandes confissões dirigiram-se à sociedade civil mundial, à qual os crentes de todas elas pertencem, para que a totalidade dos povos implorem a protecção divina para conseguir fazer do Século XXI um século de paz. É uma lição de humildade e de esperança, quando a arrogância de novo floresce em mais de uma sede de poder político. Responde ao mundialismo das interdependências com o apelo aos valores universais. No seu já famoso livro — *Atravessar o Limiar da Esperança*, de 1994, explica que «desde o início, a Revelação cristã lançou à história espiritual do homem um olhar que, de certo modo, integra todas as religiões, mostrando a unidade do género humano a respeito dos últimos e eternos destinos do homem». E nas 365 Meditações Diárias, propostas em 1994 no livro *Prayers and Devotion*, a de 3 de Fevereiro, hoje, é dedicada a Cristo — Luz da Humanidade. Ali pergunta se «o mundo não se transformará num gigantesco templo do cosmos através do coração dos homens, templo onde estes elevarão os sacrifícios espirituais». Um espaço cristocêntrico.

4. A dramática teoria de conflitos que se desenrolam no pequeno planeta que é a única casa do género humano, cada vez mais se demonstra ser o efeito de uma mundialização de problemas que excedem a capacidade de resposta racional dos homens e dos Estados.

Todos se defrontam com a progressiva alienação num sistema que podem disfuncionar mas do qual estão ameaçados de perder a gestão, cometendo erros que se multiplicam em confrontações e guerras, umas mundiais outras marginais, todas convergindo num passivo de milhões de vidas, de degradação mundial do ambiente, de distância entre a ética e a técnica, de morte das esperanças. A violência sistémica clama por um regresso aos valores essenciais, porque aqui está o principal campo de luta para salvaguardar um futuro das relações internacionais que restitua aos povos e aos indivíduos uma esperança sustentada. Como disse Toynbee, a Humanidade terá possivelmente de escolher entre a alternativa extrema de suicidar-se ou de aprender a viver no futuro como uma única família. A nossa opção é pela solidariedade mundial, referida a um conjunto de valores, que elimine a ameaça da hegemonia de um justificado sentimento trágico da vida. Os espectaculares avanços científicos e técnicos deste século foram viciosamente utilizados para sofisticar as armas atómicas, químicas e biológicas. A sustentação da sociedade de consumo subverteu os objectivos da economia de mercado, fazendo crescer sem medida as marginalidades, crescendo o estímulo e a exploração de opções que violam a dignidade humana. As pequenas comunidades nacionais transformam-se progressivamente em exógenas, condicionadas

por factores externos que não controlam, e que as tornam dependentes nas áreas da cultura, da ocupação dos tempos livres, dos padrões de conduta, com violação da própria identidade e perda do pluralismo mundial. O regresso à ética, o esforço no sentido de reduzir com urgência a distância que a separa dos avanços da técnica, a necessidade de racionalizar e humanizar os sistemas que se multiplicam, entrelaçam e mundializam, tudo são urgências que devem ser assumidas em nome da defesa da dignidade humana. De cada homem, porque cada homem é um fenómeno que não se repete na história da humanidade.

Foi por isso que um dos notáveis Secretários-Gerais da ONU, o budista U Thant, no mesmo estado de espírito que levou Torga a dizer que é necessário gritar e não há quem grite, enumerou os que chamou os quatro gritos da humanidade: pela santidade da vida, por uma educação para a paz, por uma escala de valores respeitados, por uma espiritualidade renovada. Escreveu: «não sou anti-intelectual, mas o esforço da educação nas escolas das sociedades mais desenvolvidas, como afirmei em várias ocasiões, incide sobretudo no desenvolvimento da inteligência ou da excelência física. Para mim, os aspectos morais e espirituais da vida são de longe mais importantes do que os aspectos físicos e intelectuais da vida». A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em revisão neste Ano da Tolerância, para a tornar mais coerente e eficaz em resposta aos novos desafios, constitui, como escreveu o visionário Robert Muller, «uma luminosa, insubstituível Carta do que deveria ser a vida humana para cada homem neste planeta». Mas é inadiável tomar consciência de que existem apenas dois continentes em que a Declaração dos Direitos do Homem conseguiu a protecção necessária de convenções e instituições regionais. A Europa Ocidental tem uma Convenção Europeia dos Direitos do Homem e um Tribunal que dá acesso directo aos cidadãos de todos os Estados abrangidos; na América Latina foi estabelecido, na Costa Rica, o primeiro Tribunal Latino-Americano de Direitos do Homem, mas só os Estados ali têm acesso. No resto, temos convenções que desenvolvem a Declaração Universal, mas, de 177 Estados membros da ONU, apenas um terço as ratificou. A maior parte dos Estados do mundo não aceita a obrigação de se submeter aos textos, e entre eles estão alguns dos mais poderosos. É evidente e clamorosa a distância entre os princípios e os factos, entre o discurso e a autenticidade. Mas temos a doutrina: temos instituições de apoio; temos finalmente a consciência da unidade da terra e do género humano; temos a notícia do passivo cruel que é a soma dos efeitos dos nossos erros; temos a capacidade científica e técnica para enfrentar a mudança de rumo; temos a oportunidade de preparar um novo século e um novo milénio que celebre o carácter sagrado da vida, a eliminação da violência e do medo entre os povos, a vigência global dos direitos do homem, a consciência de que a Terra é a casa comum em que nenhum povo ou homem pode ser tratado como dispensável.

AGP
VIAGENS

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P — Fax 354 09 03
Lic. DGT n.º 378/83

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acptu P — Fax 200 25 02



**UMA
QUESTÃO
DE QUALIDADE**

LISBOA, 3-11-1995
ADRIANO MOREIRA

IDEOLOGIAS NAS PARÁBOLAS DOS EVANGELHOS

Parábola, no dizer do clássico *Greek — English Lexicon of the New Testament*, de J. H. Thayer, é um exemplo pelo qual uma doutrina ou um preceito é ilustrado; uma narrativa fictícia, mas consentânea com as leis e usos da vida humana, pela qual os direitos dos homens ou as coisas de Deus são figurativamente retratados. Nesse sentido o termo — em grego *parabole* — é utilizado nos Evangelhos de Nosso Senhor Jesus Cristo. Neles podem ser encontradas e identificadas cerca de 70 parábolas, algumas longas, outras curtas, às vezes uma simples frase, outras muito conhecidas e que entraram mesmo ao longo dos tempos no linguajar diuturno de povos cristãos. Em geral a narrativa de uma parábola começa assim: «O Reino de Deus é semelhante a ...»

A leitura muito atenta das parábolas, de seu conteúdo, do tema da vida comum que serve de apoio para a enunciação da lição divina, leva a especular quanto à natureza ideológica, se assim se pode falar, da comparação apresentada. Atenemos a duas parábolas opostas em sua conotação ideológica: a dos talentos, em Mateus 25.14-30, ou a dos dinheiros, em Lucas 20.1-16. A primeira história tem um nítido sentido *capitalista* e a segunda, uma certa conotação socialista. A análise dos trechos mencionados pouca dúvida deixa sobre isso, sempre levando em conta que se está a falar da parte do texto a que é comparada a mensagem propriamente religiosa da parábola, de conteúdo salvífico, que esta, sim, tem sentido apenas espiritual.

Com efeito, vejamos o que acontece nas parábolas dos talentos e dos dinheiros — são na essência as mesmas histórias, com alterações de valores, prazos, recompensas, pormenores. O Reino de Deus é comparável a um homem que se ausenta e deixa a guarda de seus bens a seus servos: a um entregou cinco talentos, a outro, dois talentos, e ao terceiro um (o talento era uma peça em prata cujo peso podia corresponder a 24 ou 30 quilos, ou mais, com o valor aproximado de 6.000 dinheiros ou dracmas). A cada um «segundo a sua capacidade», como textualmente está dito. Os dois primeiros «negociaram» com os valores recebidos e ganharam o dobro em cada caso. O terceiro teve medo, não roubou mas não produziu outro tanto; simplesmente guardou o valor debaixo da terra. Na volta do senhor, as contas foram prestadas: elogiados e premiados como bons e fiéis foram os dois primeiros servos, que souberam multiplicar os talentos, que «lucraram» — o verbo utilizado na Vulgata é *superlucrare*. Mas o terceiro, que nada lucrou, o senhor chamou «servo mau e preguiçoso», e prosseguiu em sua objurgatória: «Devias, portanto, dar meu dinheiro aos banqueiros, e na minha volta teria recebido certamente com juros o que era meu. Tirai-lhe, pois o talento e dai-o ao que tem dez talentos» (Mateus 25.26-27). Lucro, juros, banqueiros — eis alguns dos ingredientes dessa história *capitalista* na parábola dos talentos.

Já na parábola do trabalhador da undécima hora, em Mateus 20.1-16, todos são remunerados de forma igual pelo pai de família, dono da vinha, desde aquele que foi contratado por um dinheiro por dia, ao romper da manhã, até ao que foi convocado para trabalhar ao fim da tarde, à undécima hora. Estavam estes ociosos porque não tinham sido contratados. Na hora do pagamento, todos receberam a mesma soma — o salário combinado — embora os que tinham começado a trabalhar mais cedo, que haviam suportado «o peso do dia e do calor», se tivessem queixado de «injustiça». O senhor da vinha considerava que não praticara injúria, pois estava a pagar o que fora ajustado e queria dar o mesmo ao trabalhador da última como ao da primeira hora. Está no substrato da parábola a ideia de que o senhor da vinha contratou os últimos trabalhadores porque estavam desempregados e os remunerou com liberalidade porque eles precisavam.

A maravilhosa parábola do samaritano, em Lucas 10.25-37, pinta um cenário em que prevalece o princípio do solidarismo que assenta no dito popular «fazer o bem

COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

Legado Político do Ocidente de Adriano	
Moreira, César Albuquerque	
e Alexandre Bugalho	5.000\$00
Europa em Formação — Adriano Moreira	2.500\$00
Comentários — Adriano Moreira	1.500\$00
Colecção de Tratados, Convenções	
e outros actos públicos relativos	
a Portugal — Henrique Martins	
de Carvalho, 5 Volumes	15.000\$00
Ensaio Sobre o Problema de Estado,	
2 Volumes de Adelino Maltez	5.000\$00
Imperial-Comunismo — Adelino Maltez	4.000\$00
Estratégia, 6 Volumes	6.000\$00
Mudança Cultural do Brasil	3.000\$00
Obras Completas de D. João de Castro,	
4 grandes Volumes. Coordenação	
de Armando Cortesão e de Luís	
Albuquerque — cada Volume	12.500\$00
— A Colecção completa	50.000\$00

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Roteiros*).

sem olhar a quem». Um samaritano socorreu um homem que fora vítima de graves ferimentos num assalto por ladrões na estrada de Jerusalém a Jericó. Um sacerdote (judeu) e um levita passaram ao largo mas o samaritano é que foi o generoso — note-se que os samaritanos eram mais odiados pelos judeus do que os pagãos, «pois eram racialmente assírios, religiosamente cismáticos, viviam instalados em território judeu, com um templo rival do de Jerusalém e tinham os livros de Moisés como norma» (*La Sagrada Escritura*, Juan Leal, S. J., Madrid). Em algumas outras parábolas também se pressentem sinais de natureza ideológica, como a do dever do criado de servir, em Lucas 17.5-9 — quando o servo se arranhou e serviu a ceia a seu amo, este «não lhe ficou em obrigação» porque aquele apenas cumprira com o seu dever. Em Lucas 16.1-8, na parábola do administrador infiel, o contexto é do relacionamento entre um homem rico e seu ecónomo. Este,

despedido por desonesto, negociou a substituição dos títulos dos devedores por outros de valor mais baixo. O amo louvou o feitor infquo, porque operou como homem de juízo, com louvável astúcia — como a não têm os «filhos da luz», no campo espiritual. E outras mais e mais parábolas são também de interesse pela consideração de valores económicos, sociais e culturais envolvidos, com significado *político* mais ou menos claro, aqui e ali discernível. O episódio da expulsão dos vendilhões do templo testemunha um quadro de economia de mercado. Mas contra o abuso da presença deles, diante do templo, se insurgiu o próprio Cristo, de azorrague à mão.

Por Dário Moreira de Castro Alves.

Embaixador brasileiro aposentado, residente em Lisboa, Presidente do Conselho de Caradores da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa.



ADORAÇÃO DOS REIS MAGOS
Pintura russa contemporânea (Khatianov 1992)